

**EDUCAÇÃO DOMICILIAR E ESCOLA SEM PARTIDO: EXPRESSÕES DO
REACIONARISMO**

***HOMESCHOOLING AND ESCOLA SEM PARTIDO: EXPRESSIONS OF
REACTIONISM***

***HOMESCHOOLING Y ESCOLA SEM PARTIDO: EXPRESIONES DE
REACCIONISMO***

Antônia Rozimar Machado e Rocha
profa.rosemachado@gmail.com
Doutora em Educação Brasileira (UFC)
Docente da Universidade Federal do Ceará

Ivan Carlos Costa Martins
ivan8martins@gmail.com
Doutor em Educação Brasileira (UFC)
Universidade Federal do Ceará

RESUMO

O presente artigo analisa em que medida os projetos educacionais Educação Domiciliar e Escola sem Partido, socialmente relacionados à extrema direita e ao neoliberalismo, excluem a perspectiva de uma formação crítica e emancipatória e fortalecem os interesses de uma educação para formação do indivíduo estranhado e do sujeito disponível ao trabalho sob a forma do capitalismo. A tentativa do sistema capitalista para adestrar o ser humano, especialmente, tentando manipular sua subjetividade e orientá-la a favor do desenvolvimento social do capital, explica a razão pela qual avançam a extrema direita e se aprofundam os ataques à educação. Utilizando pesquisa bibliográfica e documental, buscamos analisar os avanços da Educação Domiciliar e do Escola Sem Partido. Como princípios teórico-metodológicos o trabalho está respaldado no materialismo histórico-dialético, com destaque para as categorias de educação, conservadorismo, educação domiciliar e neoliberalismo. A pesquisa apresenta, entre seus resultados, o visível ataque que a educação pública

brasileira passa, especialmente no que se refere ao esvaziamento do caráter reflexivo, crítico e contextualizado dos conteúdos escolares, bem como constituem-se como uma alternativa viável e assertiva para vetar conteúdos curriculares considerados por fragmentos conservadores como indesejáveis, como questões de gênero, de etnia e de classe.

Palavras-chave: Educação. Educação domiciliar. Conservadorismo. Neoliberalismo.

ABSTRACT

The present article analyzes to what extent the educational projects of Homeschooling and the Escola Sem Partido movement, socially associated with the far-right and neoliberalism, exclude the perspective of a critical and emancipatory education and instead strengthen the interests of an education aimed at forming an alienated individual and a subject available for work under capitalism. The capitalist system's attempt to train human beings, particularly by trying to manipulate their subjectivity and orient it in favor of the social development of capital, explains why the far-right advances and why the attacks on education deepen. By using bibliographic and documentary research, we seek to analyze the progress of homeschooling and the Escola Sem Partido movement. As theoretical and methodological principles, the work is grounded in historical-dialectical materialism, with an emphasis on the categories of education, conservatism, homeschooling, and neoliberalism. The research presents, among its results, the visible attack that Brazilian public education is undergoing, especially regarding the erosion of the reflective, critical, and contextualized nature of school content, as well as constituting a viable and assertive alternative to veto curricular content considered by conservative fragments as undesirable, such as gender, ethnicity and class issues.

Keywords: Education. Homeschooling. Conservatism. Neoliberalism.

RESUMEN

Este artículo analiza hasta qué punto los proyectos educativos Educación en casa y Escuela sin partido, socialmente ligados a la extrema derecha y al neoliberalismo, excluyen la perspectiva de una educación crítica y emancipadora y refuerzan los intereses de una educación para la formación del individuo alienado y del sujeto disponible para el trabajo en la forma del capitalismo. La pretensión del sistema capitalista de formar al ser humano, especialmente intentando manipular su subjetividad y orientarla a favor del desarrollo social del capital, explica el avance de la extrema derecha y la profundización de los ataques a la educación. A partir de investigaciones bibliográficas y documentales, buscamos analizar los avances de la

Educación Doméstica y de la Escuela Sin Partido. Los principios teórico-metodológicos del trabajo se basan en el materialismo histórico-dialéctico, con énfasis en las categorías educación, conservadurismo, educación en casa y neoliberalismo. Los resultados de la investigación incluyen el ataque visible a la educación pública brasileña, especialmente en lo que se refiere al vaciamiento del carácter reflexivo, crítico y contextualizado de los contenidos escolares, así como una alternativa viable y asertiva para vetar contenidos curriculares considerados indeseables por los fragmentos conservadores, como las cuestiones de género, etnia y clase.

Palabras clave: La educación. Educación en casa. Conservadurismo. Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

A pauta educacional na agenda neoconservadora da ultradireita neoliberal brasileira tem avançado em dois projetos: Educação Domiciliar e Escola sem Partido.

Apoiando-se na análise da totalidade social, o artigo analisa o que trazem essas propostas, quais suas perspectivas e compreensão de educação, no que se apoiam seus formuladores para refutarem a educação escolarizada e quais pontos e elementos convergem com o modelo neoliberal. Objetiva-se compreender quais as implicações dessas propostas no que se refere ao aquecimento de um mercado educacional através da venda de modelos de ensino, material didático, mão de obra de profissionais entre outros; examina-se, também, como estes constituem-se como uma alternativa viável e assertiva para vetar conteúdos curriculares considerados por fragmentos conservadores como indesejáveis, como questões de gênero, de etnia e de classe.

No avanço da Educação Domiciliar, uma das iniciativas mais expressivas foi a criação da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED). Fundada em 2010 por algumas famílias ditas insatisfeitas com a qualidade do ensino das escolas

convencionais, a ANED auxilia aqueles que desejam fortalecer a proposta, através da divulgação de material, proferimento de palestras, entre outros.

O Escola sem Partido também tem se consolidado e disputado aportes legais para sua regulamentação. Seus arautos advogam que professores têm tido práticas doutrinadoras e que o ensino deve ser neutro.

As duas propostas têm pressupostos fortemente influenciados por segmentos religiosos e por defensores do neoliberalismo e representam, em conjunto, um ataque frontal à educação pública, gratuita e de qualidade.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e realizou um estudo bibliográfico principalmente de aportes teóricos relacionados tanto as Projetos estudados como aos elementos contextuais. Paralelo ao estudo bibliográfico, fizemos um estudo documental, examinando documentos e discursos em espaços da mídia sobre os Projetos Escola sem Partido e Educação Domiciliar.

Como princípios teórico-metodológicos o trabalho está respaldado no materialismo histórico-dialético, com destaque para as categorias de educação, conservadorismo, educação domiciliar e neoliberalismo.

Tais projetos ganham corpo a partir do crescente fundamentalismo religioso que avança sobremaneira sobre o campo educacional, mesmo em um contexto de Estado democrático – nos limites da democracia burguesa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Está em curso na educação brasileira dois projetos que têm ganhado destaque público e político nos últimos anos: a Educação Domiciliar e o Escola Sem Partido. A rigor, não são os únicos projetos de uma modernização conservadora e/ou reacionária para educação brasileira e, talvez, nem mesmo os que têm se efetivado com mais agilidade. Estamos nos referindo à educação militarizada ou à militarização da educação pública. Todo um conjunto de iniciativas voltadas à educação evidencia como esta tem se tornado um campo em disputa no século XXI.

A educação pública está sob ataque. A educação é uma dimensão social através da qual é possível perceber a confluência de interesses. Apesar dessas duas propostas advirem de diferentes segmentos sociais, elas acabam se manifestando como expressões do neoliberalismo, da extrema direita, do bolsonarismo¹ e do fundamentalismo religioso que marcam a sociedade brasileira contemporânea.

Tanto a Educação Domiciliar como o Escola sem Partido se inspiram em outras experiências internacionais e ambos têm caráter segregacionista e conservador. A educação domiciliar é um modelo educacional aceito em países como Austrália, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, Noruega, Portugal e Suíça, que surgiu, possivelmente, em circunstâncias climáticas em que as crianças tinham dificuldades de frequentar diariamente a escola. Rapidamente, passou a ser uma alternativa à escola em razão de ideias econômicas e religiosas dos pais e dos responsáveis. O Escola Sem Partido surgiu em 2004, através do advogado Miguel Nagibe, inspirando-se “[...] em iniciativas semelhantes, como No Indoctrination, Campus Watch e Creation Studies Institute (CSI) nos Estados Unidos, contrárias a uma suposta doutrinação em escolas americanas [...]” (ARAÚJO, 2021, p. 283). Em vista disto, os projetos Educação Domiciliar e Escola Sem Partido só podem ser adequadamente compreendidos levando em consideração o contexto neoliberal em que se colocam

¹ Movimento sociopolítico ideológico brasileiro de extrema direita surgido a partir do ano de 2013, que empresta o nome do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

como alternativas no cenário educacional brasileiro, a partir da segunda década do século XXI.

O primeiro projeto a analisarmos é o de Educação Domiciliar, a educação ou instrução familiar em casa. A princípio, o nome pode não transmitir a ideia que se pretende. A educação domiciliar é a que é oferecida por pais ou responsáveis dentro do ambiente familiar. Primeiro, consideraremos as justificativas ou defesas à educação domiciliar no Brasil; segundo, consideraremos criticamente essa proposta para educação básica. Em linhas gerais, são apresentadas quatro razões básicas (MARTINS, 2021) a que famílias optem pela educação doméstica: a violência nas escolas, especialmente, as situações de *bullying*; as crenças, a religião e os valores da família; a falta de infraestrutura nas escolas; e baixa qualidade do ensino. Estas razões são apresentadas por pais, responsáveis e por adeptos da educação doméstica.

A proposta de Educação Domiciliar tem avançado a passos largos. A expressão disso é que o Projeto de Lei 3179 ainda de 2012, que propõe a Educação Domiciliar, relatado pela deputada Luísa Canziani (PSD-PR) saiu da gaveta e chegou a ser aprovado pela Câmara dos Deputados em 18 de maio de 2022. Outra iniciativa relevante foi a criação da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned). Fundada em 2010, por decisão de um grupo de famílias, a Aned tem sido um destacado espaço de difusão dos ideais da educação doméstica, mediante a promoção de atividades, elaboração de materiais didáticos, além de pressionar o parlamento por aportes legais que regulamentem a Educação Domiciliar. O site da Aned fornece aos seus adeptos vasto material “formativo” e se utiliza do *slogan* “Você tem o direito de decidir o que é melhor para seu filho”. Nele é possível acessar um link para se tornar sócio. Os argumentos são sedutores e prometem que o sócio: “Vai receber um documento informativo que será enviado todos os meses; conferências de mentoria mensal com nossos especialistas; descontos exclusivos com parceiros da aned, incluindo descontos com advogados” (Aned, 2024). Observa-se pelo exposto

a intenção de acionar a justiça para fazer valer o desejo de cada família pela Educação Domiciliar.

Afirmamos, mais uma vez, como impressiona a proximidade desse discurso, com o ideário neoliberal, especialmente de Friedman (1985) e de Rothbard (2013), cujo pilar de sustentação de suas premissas é a liberdade de escolha para, assim, preservar as supostas liberdades individuais. As vontades individuais, mesmo que venham de encontro aos interesses coletivos, se elevam à categoria de prioritárias e qualquer coisa que venha contra isso é tida como totalitária e antidemocrática. Mises (2017), um dos importantes teóricos do neoliberalismo, em total sintonia com a Educação Domiciliar afirma:

Há, de fato, uma única solução: o Estado, o governo e as leis não devem, de modo algum, preocupar-se com a escola e a educação. A criação e a instrução dos jovens devem ser inteiramente deixadas a cargo dos pais e de instituições e associações privadas. (MISES, 2010b, p. 132 apud OLIVEIRA; BARBOSA, 2017).

O currículo da educação domiciliar é orientado pela adoção de conteúdos ancorados na perspectiva moral, econômica, política que rege seus idealizadores, ou seja, de cariz conservador, negacionista e, em alguns casos, até reacionário. É preciso criar mecanismos de autoalimentação e autopromoção, de maneira que esta política ganhe tração à medida em que é implementada, produzindo maior convencimento em pais, mães, responsáveis e suas crianças e, quiçá, maior reconhecimento social. Entretanto, é preciso dizer mais: o currículo é parte de um programa maior de formação ideológica – a envolver tanto a religião quanto o mercado – que perpassa outras instituições e estruturas da vida social. Propositalmente, a convivência social se dá em espaços que tendem a afirmar o valor da Educação Domiciliar, porque estimula-se relacionamentos sociais restritos à família e à igreja; ambientes propagandeados como seguros para educação, instrução e desenvolvimento das crianças.

Outro aspecto a destacar é que a educação domiciliar abre um mercado educacional editorial, criando uma demanda até então inexistente em terras brasileiras. Não havia necessidade de material didático para educação doméstica porque não havia a prática da educação doméstica no país. A adesão de várias famílias à Educação Domiciliar tem fomentado o surgimento de editoras publicando conteúdo desejável para esse público, guias de orientação para pais, responsáveis e tutores de educação doméstica. Além do material pedagógico específico, pode surgir um mercado de professores de aluguel ou professores particulares, no que Martins (2019) chama de “uberização docente”, para uma ou várias disciplinas. Professores que se apresentem a si mesmos como microempreendedores individuais ou vinculados a empresas que terceirizam o trabalho docente.

Uma outra problemática questão que se impõe à educação doméstica se refere à socialização, embora a socialização de uma criança não ocorra apenas na escola. De fato, uma criança pode ter outros ambientes de socialização além da escola regular: escola de futebol, de dança, de luta, de música, praças, parques, shoppings, igreja, entre outros. Entretanto, a socialização é uma questão bastante ampla e não deve ser tomada em um sentido tão genérico como nos parece que os defensores da educação doméstica o fazem. Socialização não é apenas estar em um ambiente com outras pessoas, mas é conviver com o diferente.

O diferente pode ser aquele que tem mais dificuldade de aprender um conteúdo, ou aquele que aprende de uma forma mais rápida ou mais lenta; o diferente pode ser aquele que realmente pensa diferente, cujas crenças da família são diferentes; o diferente pode ser aquele que torce por outro time, que gosta de jogos e desenhos diferentes e que, de alguma forma, ajudará a perceber que o mundo se estende para além daquilo que representa a minha família e os seus gostos pessoais. Nesse sentido, o ambiente escolar deve zelar pela tolerância ao diferente. Ademais, este é, inclusive, um dos princípios que rege a LDB nº 9394/96, que em seu Art. 3º, inciso IV, menciona o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996). Ao

frequentar a escola e exercitar o respeito ao diferente, os horizontes da sociabilidade das crianças se expandem, o que possibilita maior empatia.

A educação doméstica tende a maior responsabilização da família, agora, sem a parceria com a escola e com a sociedade. Na educação domiciliar, as próprias famílias se tornam responsáveis exclusivas pela instrução de suas crianças. A Educação – como temos defendido – depende da presença da sociedade. Falar em presença pode não transmitir a ideia corretamente. A sociedade precisa participar da Educação, do fazer educacional. Educação é uma construção social que compreende a sociedade e a família, sob os auspícios do Estado. Por sociedade devemos compreender diversas entidades da sociedade, sobretudo, as famílias. A educação doméstica está propondo pensar um modelo educacional não apenas sem a participação da sociedade, mas excluído da sociedade.

A Educação Domiciliar deixa a cargo das famílias toda a instrução das crianças. Entretanto, nem todas as famílias gozam das mesmas condições materiais e imateriais. É preciso condições objetivas e subjetivas para que essa modalidade de educação se torne possível. Nem todas as pessoas das famílias – de uma família específica que adote a educação doméstica – se responsabilizarão da mesma maneira. De certa maneira, seria de esperar diante de conhecimentos adquiridos, da habilidade de ensinar e de aprender e do tempo disponível para os compromissos com a educação doméstica. Ademais, em uma sociedade ainda arraigada no machismo, as mulheres tenderão a assumir essa tarefa educativa. Mesmo em uma situação possível de uberização de professores e professoras, de plataformização do trabalho docente – com utilização das novas tecnologias –, de professores-empresas ou tutores particulares, o trabalho das mães – ou outro responsável –, permaneceria: tanto em transmitir o conteúdo quanto em acompanhar “a tarefa de casa”.

A educação domiciliar, como defendido por segmentos religiosos fundamentalistas, pressupõe um determinado modelo de família. A rigor, um modelo idealizado de sociedade e de família. Esse núcleo familiar capaz de viabilizar – ou de

quem é cobrado – a educação doméstica tem seus papéis rigidamente definidos: ao homem compete os papéis de procriador, protetor e provedor, cuja ação se dá no ambiente social exterior ao lar; à mulher compete os papéis da maternidade, do gerenciamento da casa, da satisfação sexual do marido e do cuidado com os filhos, cuja ação se dá no ambiente social restrito ao lar. Estes papéis estão pré-definidos por uma leitura fundamentalista da Bíblia e pela história da formação social brasileira e, no caso da mulher, geralmente um tempo de trabalho não pago. Afora esses trabalhos gerais, acrescenta-se mais um: a instrução formal das crianças. O apelo a uma suposta tradição bíblico-teológica é apenas uma cortina de fumaça ideológica para um modelo de sociedade e de família cuja ascendência recai sobre o homem.

Existe uma certa idealização da própria relação pai/mãe e filho/filha ou tutor e aluno. Como se as próprias características de uma função paternal ou de uma função maternal fossem suficientes como características de uma função docente ou ao exercício de uma instrução pedagógica, do fazer educacional. Entretanto, precisamos olhar para além da idealização e da romantização das famílias brasileiras: somente no primeiro semestre de 2021 foram 50.098 (cinquenta mil e noventa e oito) denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Destes episódios, 81% ocorreram dentro da casa da vítima. Em vista disto, o apelo do Fundo das Nações Unidas para Infância: “[...] a escola é, sempre, um espaço de proteção contra as diversas formas de violência. Grande parte da violência contra crianças e adolescentes acontece dentro de casa, com agressores conhecidos [...]” (UNICEF, 2022). Efetivamente, as escolas são espaços mais seguros a crianças e adolescentes.

A Educação Domiciliar, portanto, apresenta uma solução individualista para questões sociais. Coloca-se como solução para a educação – e para o avanço do conteúdo educacional e da instrução – a educação doméstica que, a rigor, é um modelo de educação restrita a um número de famílias ao invés de se colocar como projeto social coletivo à melhoria da escola pública e da educação pública. Isso significa um recorte de classe. Quantos pais e quantas mães dispõem de um tempo

diário de qualidade com seus filhos e filhas? Quantos pais e mães têm jornada de trabalho que lhes dê condições de passar quatro ou cinco horas com seus filhos e filhas apenas para educação e instrução de conhecimentos científicos? Quantas famílias têm condições de adquirir o material didático da educação doméstica, preparar as aulas com antecedência ou ainda contratar um tutor ou professor particular?

Um dos grandes argumentos dos arautos da educação domiciliar é que esta expressa-se pelo princípio democrático, uma vez que permite aos pais a possibilidade de escolher não apenas em que escola os filhos devam estudar, mas, mais que isso: escolher não estudar em nenhuma delas e, sim, em suas próprias casas. Dessarte, é necessário cruzarmos as nossas linhas de análise para compreender as origens e as motivações desse discurso e a estreita ligação da Educação Domiciliar com os desígnios neoliberais, especialmente com as premissas defendidas por Friedman (1984) e Rothbard (2013). Ravitch (2011), ao estudar as mazelas do sistema escolar norte-americano, destaca a forte influência de Friedman na legitimação do segregacionismo escolar.

Uma analogia sobre essa proposta nos permitiria afirmar que a visão de Friedman (1984) sobre educação é a de que a oferta educacional é como se fosse um grande *fast food*, em que você escolhe o que consumir, com quem consumir, em que local e condições desejaria realizar esse consumo. Seria assim se a sociedade não fosse dividida em classes. Ao contrário, um estrato das populações mundiais que acessam a educação não tem condições objetivas (não tem recursos financeiros) e subjetivas (em muitas escolas nem conseguem entrar, dada à baixa formação anterior, o que os reprova em testes de acesso que fazem a rede privada e algumas escolas públicas) sequer mínimas para fazer a escolha por uma escola que lhes agrade, o que dirá estudar em suas próprias casas, entregues às baixíssimas condições materiais de ambientes apertados, insalubres e até perigosos.

Quando se trata, por exemplo, de flexibilidade em relação ao aprendizado; de uma educação personalizada e individualizada a partir das necessidades de cada criança; de uma interação intelectual com o(a) aluno(a); de que os(as) alunos(as) desenvolvam a autoconfiança; de uma rede de apoio ao seu desenvolvimento integral aos discentes; de pais que adquirem conhecimentos ao participarem da educação e da instrução dos filhos e filhas; de resultados comprovados na apreensão de novos conhecimentos; de incentivo à pesquisa e à busca de novos conhecimentos; da associação entre as experiências cotidianas com o conhecimento das ciências; um incentivo à pesquisa e à busca pelo conhecimento; a possibilidade de associar o conhecimento às experiências da vida; o estímulo ao desenvolvimento da autodisciplina; uma educação não orientada aos testes padronizados e aos vestibulares; maior liberdade criativa ao aprendizado; cuidado especial com as crianças com necessidades especiais; brincadeiras livres; estímulo à cooperação; formas diferenciadas de aprendizado; levar em consideração a capacidade de concentração das crianças: todos estes aspectos podem ser desenvolvidos na escola.

A escola pública pode alcançar esses excelentes resultados desde que haja uma maior parceria entre as famílias, os professores e professoras, a comunidade escolar e todos os profissionais envolvidos na educação e na instrução das crianças; desde que haja um investimento real na formação dos profissionais da educação, na formação continuada, na política de salários, nas condições objetivas de trabalho, com disponibilidade de materiais pedagógicos e tecnológicos; desde que ocorra um investimento modernizando os espaços de educação para além de cadeiras, mesas e quadros; desde que haja uma reorganização das salas de aula e das turmas, em menor número e com mais profissionais disponíveis; desde que exista um esforço social em favor da educação e de uma transformação social para além do capitalismo, da forma mercadoria e do trabalho abstrato.

Outra tentativa de impor o ideário fundamentalista religioso tem sido designado de Escola Sem Partido. A orientação geral do Escola Sem Partido (EsP) é

que os professores e professoras se abstenham de temas sociopolíticos, político-econômicos e outros relacionados à fé e à sexualidade. Provavelmente, a inspiração venha de uma certa prática docente alijada, em que tais conteúdos, quando necessários, não recebem análises na sala de aula ou acréscimos e debates mais consistentes a partir da própria vivência dos discentes. O Escola sem Partido surgiu no Brasil em 2003 e uma de suas motivações é de fundo religioso. Seu idealizador foi o advogado Miguel Francisco Urbano Nagib. Este ficou indignado quando sua filha lhe relatou que o professor de História havia comparado Che Guevara (liderança da revolução de Cuba) a São Francisco de Assis (santo da Igreja Católica). Nagib, profundamente insatisfeito, escreveu uma carta acusando o professor de doutrinação dos estudantes, providenciou 300 cópias e as distribuiu no estacionamento da escola². A denúncia fracassou, os pais de alunos não o apoiaram e ele ainda foi chamado na direção da escola para se explicar. Como resposta à sua indignação, Nagib elaborou um site com vídeos, posts, argumentos e proposta de um projeto de lei sobre o tema do doutrinação. A partir daí, o movimento foi ganhando corpo como Movimento Escola Sem Partido e, em todo Brasil, muitas propostas de lei foram sendo apresentadas. Brandão (2022) afirma que Nagib define o EsP como

[...] uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (apud Escola sem Partido, 2014). Adicionalmente, explica que o EsP é “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”. (BRANDÃO, 2022, 109).

Araújo (2021) relaciona as seguintes categorias que expressam os objetivos e o próprio projeto Escola Sem Partido: (i) “desdemocratização versus democracia”,

² DIP, Andrea. Escola Sem Partido caça bruxas nas salas de aula. Movimento apoiado por conservadores motiva sindicâncias contra professores e provoca censura nas aulas em estados e municípios onde a restrição de liberdade de expressão já é lei. **Agência Pública**, Reportagem, 30 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/escola-sem-partido-caca-bruxas-nas-salas-de-aula/>>. Acesso em: 05 set. 2024.

em que o acento reacionário do projeto representa uma ameaça ao direito à educação e à democracia brasileira; (ii) Escola Sem Partido como discurso e como movimento reacionário; (iii) “doutrinação”, um conceito genérico para se referir ao contraditório, àquilo que se opõe ao reacionarismo do projeto e àquilo que seus defensores compreendem como esquerda; (iv) “gênero e ‘ideologia de gênero’” que, ao lado da categoria anterior, se tornou a mais utilizada por proponentes do projeto; (v) “criminalização dos(as) professores(as)”; (vi) “ideologia e neutralidade”; (vii) “currículo escolar”, no centro das lutas de classes; (viii) “educar versus instruir”, aproximando-se daquilo que vimos em relação à educação doméstica.

A prática de militância é contextual e conjuntural: ela depende do contexto sociopolítico e da conjuntura, ou seja, da consciência de classe, do avanço das pautas regressivas e da correlação de forças. A práxis docente pode representar uma ameaça a famílias, grupos, instituições e organizações que defendem, a todo custo, a estrutura social. Logicamente, a primeira intenção de segmentos reacionários é conservar a estrutura de dominação social. A prática docente pode contribuir para o desenvolvimento da criticidade e a inspirar uma ação revolucionária. Daí que algumas disciplinas sejam mais perigosas que outras – justamente aquelas que tiveram tempo reduzido em reformas educacionais como a do Novo Ensino Médio, que retirou a obrigatoriedade de oferta em todas as séries do ensino médio das diversas disciplinas da área de humanas, entre outras.

Esse viés de controle explica o cerceamento às falas dos professores e a proposta de constante vigilância sobre a educação e o fazer educacional. Em uma de suas inúmeras falas, ocupando audiência na Câmara dos Deputados, Nagib argumentou:

Burocrata não faz sermão. Burocrata aplica a lei, pune, exige o cumprimento da norma, mas ele não faz sermão. Quem faz sermão é padre. Quem diz o que é moral ou imoral é o padre, o pastor, o pai e a mãe. Não é o funcionário público. O funcionário público só faz aquilo que a lei determina. E a lei brasileira, a legislação brasileira não possui um decálogo, não possui um

código moral. Quem possui código moral são as religiões. Então essa é a diferença: burocrata não faz sermão, burocrata aplica a lei. O professor é um burocrata. Ele transmite aos alunos o conteúdo do currículo, aquilo que está escrito e foi aprovado pelas autoridades competentes. Não lhe cabe dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em matéria de moral. Esse é o ponto. (Apud PENNA, 2021, Miguel Nagib em Audiência Pública na Câmara dos Deputados 14/02/2017).

Impressiona a forma ideologicamente distorcida que Nagib compreende o papel dos professores. Mesmo que mergulhássemos nas origens da escola (por volta de 605 a.C.), mesmo que a escola tenha nascido para atender aos interesses da classe dominante da época (a nobreza ociosa), já naquele período, o professor (preceptor) expressava suas visões de mundo daquilo que ensinava (PONCE, 2001). Se avançarmos no decurso da história, na Idade Média, a escola sob o controle da Igreja Católica, os sacerdotes imprimiam toda sua visão de mundo que queriam sobre o trabalho escolar com o argumento da inspiração divina e amparo da Filosofia da Essência (MANACORDA, 1996); caminhando mais um pouco na história, a oferta da educação moderna também carregou o fazer docente empregnado de visões de mundo, fortemente influenciado pelo ideário burguês (PONCE, 2001). Como vemos, o argumento de que o professor não deve passar de um burocrata que só expressa aquilo que está no currículo não se sustenta nem no importante chão da história.

Talvez essa fala de Nagib nos dê contornos evidentes de que, na verdade, a proposta de uma escola sem partido seja a proposição de uma escola com partido, mas que seja o “partido” deles, é isto que os movimentos de professores e estudantes têm expressado como forma de resistência através do “Escola sem Mordça”, importante espaço de resistência e de garantia de expressão dos professores. O “Escola sem Mordça” tem desafiado as investidas do Escola sem Partido e tem avançado inclusive do ponto de vista legal, como uma proposição no Rio de Janeiro que chegou a aprovar o PL Escola sem Mordça para que estudantes, funcionários e professores sejam livres para expressarem suas opiniões. Se analisarmos a questão do ponto de vista nacional, não se trata de garantir isto na Lei, mas apenas de fazer a

lei ser cumprida, uma vez que a LDB N^o 9394/96 expressa, claramente, em seus princípios educacionais: “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996).

Um projeto que cerceasse o direito ao fazer educacional – como o Escola Sem Partido – precisaria contar com uma fiscalização eficiente. Esta vigilância ao trabalho docente torna-se possível com o advento dos aparelhos tecnológicos e das tecnologias à disposição de um clique. Se a coordenação deve vigiar os professores e professoras, e estes uns os outros, aos alunos e alunas cabem a efetiva fiscalização. Nas devidas proporções, o Toyotismo implementa uma certa vigilância e cobrança coletiva-individual, em um modelo de produção flexível que tende a avançar socialmente. Talvez, pudéssemos recorrer ao próprio período da Ditadura Civil-militar no Brasil em que professores e professoras, alunos e alunas, pastores e cristãos, comunistas e progressistas, militantes e democratas, cidadãos em geral eram acusados de subversivos e comunistas. Muitas daquelas acusações eram anônimas, no entanto, suficientes para as primeiras diligências. Em períodos de perseguição ao pensamento divergente, a Justiça pode permanecer funcionando formalmente ou então ser, ela mesma, suspensa. Para Gallego (2019),

Professores são atacados pelo MBL, por seguidores de Bolsonaro, por deputados do PSL porque estariam doutrinando os alunos e transformando as salas de aula em palanque político. É a lógica do Escola sem Partido: um ensino neutro, despolitizado, desideologizado frente à perversão política e partidária da sala de aula. (GALLEGO, 2019, p. 17).

A criminalização do trabalho docente e sua conseqüente penalização podem ocorrer virtualmente. Nenhum pai ou responsável por aluno e aluna pode se contentar com a exposição midiática do fato: é preciso apontar o agente (supostamente) comunista, isto é, o(a) professor(a). Determinado professor(a) pode ser alvo de um linchamento virtual, físico e até responder processo, mesmo que não haja nenhuma

lei nacional no momento que respalde o EsP. No caso do linchamento, não há mais presunção de inocência ou direito à ampla defesa. O advento das tecnologias da comunicação e das redes sociais imprime um caráter de eternidade àquilo que é lançado na internet, é uma letra escarlate permanente, uma vez que seria quase impossível remover todos os posts. A utilização das redes para destruir reputações tem sido uma arma política amplamente utilizada pela extrema direita, que conta com certa benevolência, conivência e inocência de grande parte da população, já convencida de que o marxismo invadiu escolas e universidades.

O Escola Sem Partido parte de percepção equivocada das escolas e das universidades. Nesta perspectiva, as escolas e as universidades seriam verdadeiros centros de instrução e formação marxista. Em regra, por marxista compreendem tudo o que é crítico ou que destoa do pensamento de acordo com a escola apartidária. Através de atenta observação, é possível chegar à conclusão de que a Educação brasileira está longe – no conteúdo e na prática – de ser marxista. Sobretudo, em se tratando da educação básica. Porém, é preciso, além de frequentar escolas e universidades, possuir mínimas compreensões conceituais e epistemológicas. A propaganda anticomunista e antimarxista, para obter apoio social, não precisa demonstrar, objetivamente, a dominação comunista ou marxista em sala de aula. Basta gritar que as universidades públicas são comunistas e marxistas.

De acordo com Kalil (2018), os adeptos do Escola Sem Partido consideram que “[...] o Estado se torna corrupto quando passa a tratar no ambiente escolar de questões que seriam atribuições das famílias – como a orientação ideológica ou política ou mesmo a educação sexual.” (KALIL, 2018, p. 10). Nós mencionamos como pais, mães e responsáveis argumentam de forma semelhante ao defender a educação doméstica: é preciso impedir que as crianças tenham acesso a determinados conteúdos curriculares. Se no primeiro caso, da educação domiciliar, as justificativas principais se concentram na crença da família e na estrutura escolar, o Escola Sem Partido é mais amplo: não apenas a crença religiosa da família deve ter precedência

como o que a família acredita em termos culturais, políticos e sociais. Há uma predileção por temas que envolvam o corpo e a sexualidade.

Como dialogar com a demanda do Escola Sem Partido? Certamente, um professor ou professora não pode utilizar-se de sua posição, de todo tempo em que dispõe na sala de aula e da audiência cativa de alunos e alunas para doutriná-los, o que é, curiosamente, o que ocorre com a Educação Domiciliar e o que parece ocorrer com o Escola Sem Partido. Este questionamento é importante porque o projeto compromete a prática docente e o conteúdo docente.

Afirmar que a escola precisa ser sem partido, quer dizer, apartidária, é negar a própria constituição da escola. A origem da escola pública está em atender as demandas do capitalismo incipiente. Também, nega que a escola e tudo aquilo que a cerca – a política educacional, o currículo, o fazer docente e a estrutura do espaço escolar – é resultado das lutas de classes. Tanto os agentes que gravitam em torno da escola quanto os elementos em torno dos quais ela gravita, são expressões das correlações de forças. Em certo sentido, frente às próprias demandas sociais trazidas por alunos(as), a realidade em que eles e elas vivem, é praticamente impossível não problematizar alguns conteúdos. Pensemos concretamente: os meios de transporte e o deslocamento da criança à escola; a cadeia alimentar dos seres vivos, a alimentação escolar e a insegurança alimentar de uma parcela da população brasileira; o ciclo da água, os recursos hídricos e a água potável nas torneiras; as estações do ano, o clima, as enchentes e as secas (as mudanças climáticas). O fazer educacional possibilita a apreensão de um conhecimento para além da manutenção do ordenamento social.

Uma das principais tarefas dos projetos em questão – educação domiciliar e Escola Sem Partido – é ocultar o caráter ideológico. A Educação é, em sua vinculação ao Estado liberal, naturalmente ideológica. E, dentro das circunstâncias históricas que temos demarcado, da conjuntura nacional e internacional, a educação responde, em toda sua estrutura e seu funcionamento, às demandas da produção e reprodução social. Estamos nos referindo à política educacional e ao fazer educacional, ao

currículo e ao ensino. Tanto o modelo de Educação Domiciliar quanto do projeto do Escola Sem Partido estão profundamente arraigados à ideologia contemporânea de ajuste neoliberal, de avanço da extrema direita e do crescimento do fundamentalismo religioso. Ambos propagam uma suposta neutralidade da educação, mas Lessa foi assertivo: “O discurso contra as ideologias dos bolsonaristas nada mais é que outra ideologia!” (LESSA, 2019, p. 24). Em nome de uma suposta dominância do comunismo na educação, seus proponentes apresentam dois projetos ideológicos limitando o conteúdo escolar e o fazer educacional.

É preciso assinalar, claramente, que os projetos educacionais que têm por base o neoliberalismo, a extrema direita, o bolsonarismo e o fundamentalismo religioso evangélico estão a serviço de interesses capitalistas. Estes projetos expressam os ideais neoliberais, de extrema direita, do bolsonarismo e da religião fundamentalista. A perspectiva materialista histórico-dialética revela a educação “[...] como uma prática nas formações sociais e resulta de suas determinações econômicas, sociais e políticas; faz parte da superestrutura e, junto com outras instâncias culturais, atua na reprodução da ideologia dominante [...]” (GAMBOA, 2002, p. 104). São essas determinações econômicas e as relações com a ideologia dominante que precisamos descortinar – o que nos esforçamos por fazer. Apesar do discurso dos dois projetos supramencionados, a ideologia dominante na educação brasileira é a ideologia da classe dominante. A ideologia se percebe, ainda, em que a ausência de fundamento real não diminui em nada as concepções que cercam a educação doméstica e o Escola Sem Partido. Em perspectiva oposta, chamamos atenção à concepção de uma educação mais ampla:

[...] Quando as circunstâncias sob as quais vive esse indivíduo só lhe permitem o desenvolvimento [uni]lateral de uma quali[dad]e às custas de todas as demais, [se] elas lhe proporcionam material e tempo para desenvolver só Uma qualidade, então esse indivíduo logra apenas um desenvolvimento unilateral, aleijado. Não há pregação moral que ajude. E o modo como se desenvolve essa qualidade preferencialmente favorecida

depende, por sua vez, de um lado, do material de formação que lhe é oferecido, de outro lado do grau e do modo como as demais qualidades permanecem reprimidas [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 257).

As condições materiais só permitem aos indivíduos um desenvolvimento unilateral, em que eles desenvolvem apenas parte de suas qualidades humanas. O que os projetos que exemplificam as ideias fundamentalistas e as ideias neoliberais para educações fazem é, exatamente, aprofundar a formação unilateral. A educação como está posta pelo neoliberalismo e pelo fundamentalismo religioso acaba por desenvolver apenas parcialmente as potencialidades humanas, em vista de submeter a formação educacional ao lucro, tendo como ideal de cidadão o consumidor; submetendo a formação educacional à religião, tendo como ideal o cidadão religioso. Em sendo assim, os dois projetos respondem pelo ser humano contemporâneo: não todo ser humano, porém, aquele a quem mais interessa a permanência das condições de formação unilateral. O desenvolvimento unilateral é uma consequência da condição humana de estranhamento e de alienação (MACANORDA, 2017). Ao contrário do homem unilateral, Marx fala em termos de homem onilateral. De acordo com Sousa Junior:

O conceito de onilateralidade, por seu turno, diz respeito a uma formação humana de caráter mais amplo, que depende da ruptura com a sociabilidade burguesa, com a correspondente divisão social do trabalho, com as relações de alienação e estranhamento, com o fetichismo, com o antagonismo de classes [...] (SOUSA JUNIOR, 2010, p. 84).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou em que medida as propostas educacionais conservadoras, socialmente relacionadas à extrema direita e ao neoliberalismo, excluem a perspectiva de uma formação crítica e fortalece os interesses de uma

educação para formação do indivíduo estranhado e do sujeito disponível ao trabalho sob a forma capitalismo. Objetivou-se compreender quais as implicações dessas propostas no que se refere ao aquecimento de um mercado educacional através da venda de modelos de ensino, material didático, mão de obra de profissionais entre outros; examina-se, também, como estes constituem-se como uma alternativa viável e assertiva para vetar conteúdos curriculares considerados por fragmentos conservadores como indesejáveis, como questões de gênero, de etnia e de classe.

Analisamos os projetos Educação Domiciliar e Escola Sem Partido como relevantes expressões das principais ideias do fundamentalismo religioso e do neoliberalismo para educação, o que nos leva a afirmar que a educação pública está sob ataque, na medida em que tais iniciativas conduzidas pela extrema direita brasileira intencionam segregar o ensino, esvaziar a formação de análise de contexto e de senso crítico e torná-la também mercadoria, à semelhança da própria dinâmica do capital.

À guisa de concluir, asseveramos que em tempos hodiernos, a classe trabalhadora não só do Brasil como de todo o mundo, tem seu desafio histórico posto à mesa: contrapor-se ao projeto burguês-religioso de educação da extrema direita e pensar, sob os marcos da radicalidade, um novo projeto educativo que venha contribuir para não só se contrapor por meio de reformas ao receituário educacional neoliberal e reacionário da extrema de direita, como erigir uma proposta de educação que tenha como horizonte a sociedade sem classes, assentada nos interesses sociais coletivos e na transformação das relações humanas com os homens/mulheres e com a natureza. O desafio está posto, a tarefa é hercúlea, mas é urgentemente necessária, sob pena de toda humanidade sucumbir nos escombros do capital.

REFERÊNCIAS

ANED – Associação Nacional de Educação Domiciliar. <<https://aned.org.br/>>.

ARAÚJO, Raquel Dias. A literatura sobre o Escola Sem Partido e os temas principais: um estado da arte. **Revista Dialectus**, a. 10, v. 23, mai.-ago. 2021. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/71861>>. Acesso em: 04 de jun. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 06/07/23.

BRASIL. Lei Nº 13.429, de 31 de março de 2017. Dispõe sobre dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 31 mar. 2017b. Seção 1, p. 1-2. Disponível em <<http://s.conjur.com.br/dl/lei-terceirizacao.pdf> >.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Com colaboração de Rose D. Friedman. Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os economistas).

GALLEGO, Esther Solano (Org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

GAMBOA, Sílvio A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (Org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Biblioteca da educação, série I, escola; v. 11/).

LESSA, Sérgio. **Escola sem Partido e sociedade sem ideologia**. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. Tradução de Gaetano Lo Monaco. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. O que é morte. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (Coleção primeiros passos – 150).

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2017.

MARTINS, Ivan Carlos Costa. Consenso e conjuntura no Brasil do presente: notas de uma ideologia da educação como mercadoria. In: ZIENTARSKI, Clarice et al (Org.). **Política educacional no Brasil**: contextos e práticas 2. Fortaleza: Editora Via Dourada, 2021.

MARTINS, Ivan Carlos Costa. **Terceirização do trabalho no contexto da contrarreforma do Estado brasileiro**: a questão educacional em tela. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 201. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martonaro. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Marx-Engels).

RAVITCH, Diana. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ROTHBARD, Murray N. **Educação**: livre e obrigatória. Tradução de Filipe Rangel Celeti. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

UNICEF. UNICEF alerta para os riscos da educação domiciliar. Projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, e que seguirá para o Senado, dá opção aos pais de assumir a responsabilidade pelo ensino e pode impactar negativamente a educação de crianças e adolescentes. **UNICEF para cada criança**, Brasil, Brasília, 22 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-para-os-riscos-da-educacao-domiciliar#:~:text=Mais%20de%201%2C4%20milh%C3%A3o,bons%20professores%20e%20da%20escola.>>. Acesso em: 04 de jun. 2024.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação**: da expansão liberal-destrutiva à crise regressivo-destrutiva do Capital. 2. ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.